

A REPÚBLICA:

IDEAIS E
VALORES



1910
CELEBRAÇÕES
DO CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA
NOS AÇORES

exposição

posição

Presidência do Governo Regional dos Açores / Direcção Regional da Cultura, 2010

local

Comemorações do Centenário da República Portuguesa

coordenação científica

Carlos Enes

concepção e execução gráfica

Eliza projectos

imagens

2 exposições de 12 painéis com impressão fotográfica
Dart Lambida, encapada a 125/125 microns,
com corte simples ao formato 80x130cm

catálogo

edição

Presidência do Governo Regional dos Açores /
Direcção Regional da Cultura, 2010

local

Comemorações do Centenário da República Portuguesa

coordenação científica

Carlos Enes

concepção e execução gráfica

Eliza projectos

ISBN

978-972-647-249-0

depósito legal

316745/10

imagens

3000 exemplares com impressão a cores
em papel couché 170 gr., aparado ao formato 14,8x21cm

agraciados

António Ventura
Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Horta
Biblioteca Pública e Arquivo Regional do Angra do Heroísmo
Biblioteca Pública e Arquivo Regional do Ponta Delgada
Conceição Vilhena
Duarte Moriz
Museu do Angra do Heroísmo
Museu do Fico
Museu Marítimo Português



Governo dos Açores

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Direcção Regional da Cultura



GOVERNO
DOS AÇORES
SECRETARIA
REGIONAL DA CULTURA

A REPÚBLICA: IDEAIS E VALORES

A revolução de 5 de Outubro de 1910 não foi apenas uma operação de cosmética que se resumisse à substituição do rei por um presidente. Como escreveu o Professor António Reis, “a República antes de ser um regime foi um ideal, uma opção ética”. Herdeira da trilogia iluminista – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – nela se consolidaram alguns valores que haviam sido divulgados pelo liberalismo monárquico, mas através dela incrementaram-se novas propostas bastante progressistas.

Esta exposição pretende realçar ideais e valores que marcaram a I República, embora alguns deles não tenham ido muito além do discurso teórico. Factores de várias ordens, como a crise económica que se arrastava desde o anterior regime e se agravou com o desenrolar da I Guerra Mundial, a instabilidade política, as lutas entre as várias facções republicanas, para além das investidas dos adversários, foram motivos suficientes para que o regime enfrentasse uma série de contrariedades.

Passados que foram 100 anos, procurou-se que esta exposição trouxesse até ao presente preocupações, atitudes e comportamentos que atravessaram a época, recorrendo sempre que possível a textos da imprensa açoriana para realçar ideais e valores dos intervenientes no processo histórico. Para o bem e para o mal, somos herdeiros desse período efervescente da nossa História, onde imperou o idealismo e a esperança num futuro melhor.

“Saúde e Fraternidade! Viva a República” – eis uma saudação muito utilizada no contexto revolucionário que então foi vivido. Que o debate em torno desta exposição se concretize dentro de um espírito tolerante e fraterno e mantenha viva a esperança num futuro promissor, cuja marcha depende da nossa atitude como cidadãos. Essa era, aliás, a proposta de Teófilo Braga quando defendia o “chamamento geral do povo a uma intervenção imediata, eficaz, constante, na direcção dos seus destinos”.



01



02



03



04. Postal enviado para Angra, 1911.

© Col. Carlos Ercs

01. Postal alusivo à união entre Pátria e República.

© Col. A. Ventura

02. Comemoração da República, na Horta.

© Ilustração Portuguesa

03. Filarmónica Artista Fialense comemora a República.

© Col. Duarte Moniz

A IMORTALIDADE DE UM IDEAL

Na aba do leque republicano estavam inscritos os ideais mais diversificados, mas a sacralização da República era um ponto comum a todos eles, porque incorporava a ideia de progresso e de perfeição.

“Os homens podem ser mais ou menos imperfeitos, mas a República, ideia de perfeição social, fará caminhar sempre, dia a dia, progressivamente, gradualmente, a Humanidade.”

A Pátria, P.D., 5-5-1924

Mais ainda: Pátria e República fundiam-se na sua essência e funcionavam como um pólo aglutinador da vontade colectiva para salvar o país.

“E agora que Pátria e República, português e republicano são palavras que inteiramente se justapõem e se completam – urge que todos nós cooperemos na tarefa difícil de reabilitar moral, económica e financeiramente a terra bendita de Portugal.”

A República, A.H., 9-3-1911

Construir a nação republicana, eis o grande objectivo a que se propunham, mas construí-la com gente de valor, com homens de princípios. E essa responsabilidade recaía sobre os próprios republicanos que não deviam baixar os braços.

“Que amanhã triunfem os mediócras, os falhados, os palavrosos inúteis e os demagogos estéreis, e a responsabilidade desse acto recairá na íntegra sobre nós todos, que não lhes tolhemos o passo audacioso, que não esboçamos o simples gesto de aparecer, porque a nossa presença seria o suficiente para os pôr em debandada.”

Francisco Luis Tavares, A República, P.D., 15-9-1912

Na realidade, os republicanos foram vítimas das suas próprias contradições, de oportunismos e de ambições que desvirtuaram o ideal que muitos haviam sonhado.

E quando o regime republicano democrático já havia soçobrado perante o avanço das forças ditatoriais, o desejo de repor a quimera na sua pureza original permanecia ainda vivo:

“A República, em Portugal, não morre! Um regimen que se gerou e vive na alma do povo – é imortal. Mas a República, para ser o regimen que milhares de portugueses sonharam, para ser a forma de governo que milhões de portugueses desejam (...) tem de ser expurgada dos seus elementos perniciosos e maus, tem que ser purificada dos seus comprometedores videirinhos e bajuladores.”

A República, A.H., 1-12-1930

“Saúde e Fraternidade. Viva a República”, eis um lema que continuou a palpitar em muitos corações, mantendo viva a utopia de um mundo melhor.

1910
CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA
NOS AÇORES



A REPÚBLICA:
~BLICA:
IDEIAS E
VALORES

101



01.



02.



03.



04.

01. Forças Armadas com a nova bandeira.

© Col. A. Ventura

02. 5º Outubro empenha a bandeira.

© Col. A. Ventura

03. Dia de Juramento de Bandeira em Ponta Delgada, 1912.

© Ilustração Portuguesa

04. "A Luta - Tradição / Revolução". Disputa entre Castro Junqueiro e Teófilo Braga.

© Col. A. Ventura

05. Postal alusivo ao fim.

© Col. A. Ventura

O CULTO DA BANDEIRA E DO HINO



05.

A substituição da bandeira azul e branca da monarquia por outra que espelhasse o novo regime deu azo a grandes discussões no seio dos republicanos.

Foram várias as propostas apresentadas, mas a maior polémica ocorreu entre Guerra Junqueiro e Teófilo Braga.

Guerra Junqueiro defendia que se mantivesse o azul e branco, porque esse era "o fundo da alma portuguesa" – o branco da inocência, o azul da "alegria simples". Mas manter estas cores, representava uma associação à monarquia, logo à imagem de decadência.

Vingou a proposta do verde e vermelho. Por um lado, porque eram essas as cores da bandeira do Partido Republicano e da Carbonária, mas também porque o vermelho era a cor viril por excelência, a cor do apelo à conquista, enquanto o verde representava a esperança. A esfera armilar remetia para a época da conquista dos

mares nunca antes navegados, a faixa com os sete castelos evocava a independência nacional e o escudo com as quinas homenageava a bravura e os feitos dos antepassados.

O Governo aprovou a nova bandeira a 29 de Novembro de 1910 e logo no 1.º de Dezembro se comemorou o Dia da Bandeira com grande festa em Lisboa.

Ao mesmo tempo foi também aprovado o Hino Nacional, sem grande controvérsia. A Portuguesa, com música de Alfredo Keil e letra de Henrique Lopes de Mendonça, já vinha sendo cantada desde os tempos do Ultimato, para expressar o descontentamento popular face à capitulação do governo monárquico perante os ingleses, em 1890.

Após a aprovação da bandeira e do hino, estes converteram-se em objecto de culto. Todas as escolas do país receberam um exemplar da bandeira e coube aos professores explicar o seu significado. Esse culto estendeu-se aos quartéis onde passou a haver a cerimónia do juramento de bandeira.

A campanha na imprensa contribuiu fortemente para a interiorização de novos comportamentos perante os símbolos que representavam Portugal:

"Português! – quando na tua frente surgir o símbolo sagrado da Pátria, pára e descobre-te, que nessa bandeira bicolor, sempre orgulhosa do seu fim e amada de todos os seres, consubstancia-se a chama da nação e a tradição heróica da raça."

A Democracia, Horta, 2.1.1916





01.



02.



03.



04.



05.

01. Dia de Carnões.

02. / 03. / 04.
1.º de Maio. Luta e festa.

05. "Salvete 5 de Outubro".
© Col. A. Vastosa

06. Centenário da
Independência do Brasil.

UM NOVO UNIVERSO SIMBÓLICO



06.

Como em qualquer revolução contemporânea, a mudança do calendário de feriados foi sempre considerada uma medida necessária, dentro da adoção dos valores adequados ao regime vencedor.

Com a República portuguesa foram banidos os feriados de matriz religiosa e instaurado um calendário com outros significados:

1 de Janeiro – consagrado à fraternidade universal;

31 de Janeiro – homenagem aos precursores e mártires da República que haviam tentado em 1891, no Porto, derrubar a Monarquia;

1 de Maio – Dia do Trabalhador;

3 de Maio – comemoração do descobrimento do Brasil, data que se considerava, na altura, ter correspondido à chegada de Pedro Álvares Cabral àquelas paragens;

5 de Outubro – implantação da República;
1 de Dezembro – evocação da autonomia da Pátria Portuguesa face a Espanha, mas foi introduzida uma outra significação: o Dia da Bandeira;

25 de Dezembro – Dia da Família, secularizando deste modo o conteúdo religioso do Natal.

O dia 10 de Junho, Dia de Camões, era feriado municipal em Lisboa, mas só foi transformado em festa nacional em 1925, passando a Dia de Portugal, já no período da Ditadura Militar. Outra festa nacional, evocando o patriotismo personificado em Nuno Álvares Pereira, foi decretada em 1920, e ocorria a 14 de Agosto, dia da Batalha de Aljubarrota.

Este novo universo simbólico completou-se com a alteração da toponímia, que atravessou todo o país, com avenidas/largos da República, com placas alusivas a acontecimentos e figuras do novo regime, além da estatutária.

Apagar da memória dos portugueses tudo o que se relacionasse com a velha monarquia, apresentada como sinónimo de atraso e de miséria, e veicular novos ideais associados à ideia de progresso foi uma preocupação constante da propaganda do regime republicano.

1910
CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA
NOS AÇORES



A REPÚBLICA:
~BLICA:
IDEIAS E
VALORES





01.



02.



03. Jesuita sob escolta.

01. Alonzo Costa,
o novo Marquês de
Pombal.

© Col. A. Ventura

02. A República domina
a Igreja.

© Col. A. Ventura

A REPÚBLICA E A IGREJA

A legislação republicana garantiu a liberdade de consciência religiosa a todos os cidadãos, como um direito inviolável, não sendo permitido perseguir quem quer que fosse por motivos religiosos. Ao mesmo tempo, instaurou o princípio da laicidade, acabando com o privilégio da religião católica como religião do Estado.

A implementação dos princípios laicos passou pela abolição do juramento com carácter religioso, pela proibição do ensino do Cristianismo nas escolas, pela promulgação de legislação que separava a Igreja do Estado, pela fiscalização do culto e pela supressão dos feriados católicos.

Mas a luta contra a Igreja, considerada como responsável pelo obscurantismo que o país vivia e como aliada do monarquismo, acarretou um conjunto de outras medidas: foram expulsas todas as ordens e encerradas as casas religiosas, colégios e centros de caridade dirigidos pelas congregações, passando os seus bens para a posse do Estado. A atitude anticlerical dos sectores republicanos mais radicais voltou-se contra os jesuítas, contestados pela influência que exerciam sobre os jovens e também sobre as mulheres.

“O execrando jesuitismo continua clandestinamente minando a sociedade. É preciso continuar a combatê-lo. Consegue-se este desideratum por meio da propaganda anticlerical e tirando das garras dos padres a educação da juventude.”

O Tempo, A.H., 18.2 1911

Para outros, a vitória do próprio republicanismo passaria pela libertação da influência clerical.

“Separar o Estado das Igrejas não quer dizer violência, tirania ou simples pressão sobre a consciência dos outros. Pelo contrário, a separação é uma condição de liberdade. Instruir o povo, livrando-o dos fantasmas e das miragens; educar o povo, libertando-o da influência clerical - eis todo o segredo do triunfo republicano.”

Francisco Luís Tavares, A República, P.D., 9.5.1912

A luta contra o domínio da Igreja passou pela publicação da lei do divórcio e pela criação do registo civil, separando as águas entre o papel do Estado e o papel da instituição religiosa. A legislação saiu no dia 25 de Dezembro de 1910, considerado o Dia da Família, determinou a obrigatoriedade do casamento civil, sem pôr em causa a liberdade aos nubentes em casarem também pela Igreja.

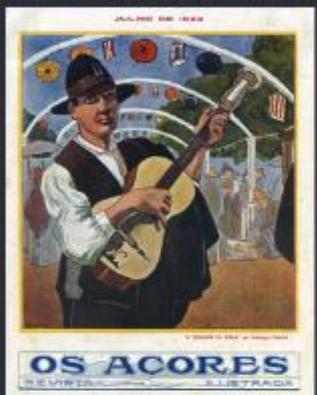
Se nos meios urbanos estas medidas não sofreram grande contestação, nos meios rurais nortenhos e nos Açores a agitação social teve algum impacto. Após a eclosão da I Guerra Mundial, os republicanos recuaram em algumas medidas e verificou-se um certo apaziguamento. Todavia, as feridas continuaram abertas e a hierarquia superior da Igreja permaneceu ao lado dos mais conservadores.

1910
CENTENÁRIO
PROCLAMAÇÃO
DA REPÚBLICA
NOS AÇORES



A REPÚBLICA:
~BLICA:
IDEIAS E
VALORES





01.



02.



01. Os Açores, Ponta Delgada, 1922

02. Homenagem à imprensa.
© Col. A. Ventura

A LIBERDADE DE IMPRENSA

“A expressão de pensamento, seja qual for a sua forma, é completamente livre, sem dependência de caução, censura ou autorização prévia, mas o abuso deste direito é punível nos casos e pela forma que a lei determinar.”

Constituição de 1911

Um dos princípios mais caros ao republicanismo – a liberdade de expressão – manteve-se ao longo do regime, com raros momentos de exceção. E foi esse princípio que permitiu a existência de uma imprensa pluralista, componente fundamental no debate das ideias.

Nos Açores, os periódicos tradicionais do período monárquico sofreram um rude golpe. Ao longo do novo regime extinguíram-se 24 jornais, uma boa parte em 1911, havendo apenas uma dezena a atravessar a I República. O número dos novos cabeçalhos chegou aos 159, mas 140 títulos cessaram a sua publicação. Numa distribuição por ilhas, as três principais contribuíram com a maior fatia: São Miguel com 60 novos periódicos (38%), a Terceira com 46 (28%) e o Faial com 23 (15%). Quanto à duração, uma percentagem elevada (44%) não atingiu um ano de vida e só 17% alcançaram os dois anos de existência. Esta dinâmica estava relacionada com um mercado de fraca expressão que era inundado por altura das campanhas eleitorais, extinguindo-se de seguida.

A componente política esteve na origem da publicação de muitos periódicos, espelhando as mais diversas tendências no seio do republicanismo, mas também o pensamento mais conservador, geralmente conotado com a Igreja, bem como a ideologia de esquerda, que abarcava o campo socialista e as tendências anarquistas.

A preocupação cultural esteve presente em muitos periódicos, continuando a linha de rumo existente na monarquia constitucional.

Neste vasto panorama, o debate livre de ideias foi um valor que impregnou toda a vivência do período republicano. A capacidade de intervenção da imprensa revelou-se também na promoção de iniciativas de várias índole, que passavam pela filantropia, pelo desporto ou pela festa.



1910
CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA
NOS AÇORES



A REPÚBLICA:
IDEIAS E VALORES

50



01.



02.



03.



04.

05. Operários das conservas de Vila Franca do Campo.

© Ilustração Portuguesa

01. Frontispício da sede da Confederação Operária.

02. Manifestação em Braga, 1912.
© Ilustração Portuguesa

03. Operárias da Fábrica de Tabaco.
© Ilustração Portuguesa

04. Meninas no Aulo de Infância.
© Ilustração Portuguesa

A QUESTÃO SOCIAL



© Col. Daniel Etnel

Parte significativa do operariado e da classe média apoiou a implantação da República com a esperança de verem resolvidos muitos dos seus problemas. Embora a política dos primeiros governos provisórios tenha procurado satisfazer as classes médias, sem atacar a alta burguesia, ficou muito aquém dos desejos e necessidades da vasta maioria dos portugueses.

Entre as medidas tomadas saliente-se: a reorganização dos serviços de assistência pública, com a criação de um fundo nacional; a implementação da semana obrigatória de 6 dias de trabalho e a regulamentação, em várias etapas, do número de horas de trabalho diário. Foi ainda promulgado o direito à greve.

Contudo, os problemas salariais e o aumento do custo de vida, entre outros factores, provocaram uma forte agitação social, liderada pelo operariado, organizado em associações de classe, com influências socialistas e principalmente anarco-sindicalistas.

Nos Açores, a agitação social também atingiu os meios urbanos. Algumas greves eclodiram (correios, padarias, hospital de Angra, pilotos do porto de Ponta Delgada), foram frequentes os assaltos a estabelecimentos comerciais e realizaram-se manifestações de protesto contra o custo de vida e a falta de géneros.

O operariado consolidou a sua organização através das confederações, foram instituídas algumas associações de carácter mutualista e o movimento cooperativo expandiu-se desde o sector produtivo ao da distribuição. Aponte-se como exemplo, a Cooperativa Social Micaelense, Aliança Velense, Auxiliadora Graciosense, Social Nordestense ou a de Auxílio Doméstico, em Ponta Delgada, bem como cooperativas de laticínios em várias ilhas.

Embora este ideário fizesse parte do projecto republicano e fosse incentivado em artigos de opinião assinados por gente das suas hostes, na prática foram elementos de outras correntes que se destacaram na resolução dos problemas que afectavam as camadas mais desprotegidas.



Dr. Carolina Beatriz Angelo

PRIMEIRA MULHER QUE TOMOU YEMPOCARI, NO DIA 28-9-91,
NOS ELEIÇÕES DE CONSTITUENTES

01.



02.



03.



04. Participação da mulher
no Carnaval de 1822, em Braga.

© Col. Carlos Erico

01. Carolina Beatriz
Angelo.

© Col. A. Ventura

02. Angelina Vidal.

© Col. A. Ventura

03. A Mulher e a Criança.

© Col. A. Ventura

04. Livro de Ana de
Castro-Osório.

© Col. A. Ventura

OS DIREITOS DA MULHER

A promoção da mulher foi uma das causas assumidas pelo Partido Republicano, mas foi uma tarefa arrancada a ferros numa sociedade governada por homens cujo pensamento feminista era bem enviesado. Como principais medidas refira-se a obtenção de direitos iguais ao marido perante o casamento, os filhos e o divórcio, mas foi negado ao sexo feminino a participação na vida política através do voto.

No panorama nacional, algumas mulheres destacaram-se pela sua intervenção cívica em prol dos direitos femininos, embora a mobilização não fosse muito além da elite intelectual.

Ana de Castro Osório, escritora e feminista, fundou a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1909, desempenhou um papel importante na defesa dos seus direitos, pugnando por exemplo por um salário igual para trabalho igual.



05.

Maria Veleda foi pioneira na luta pela educação das crianças e dos adultos, criando cursos nocturnos nos centros republicanos. Acabou por se desiludir com o rumo da política republicana e, a partir de 1921, tornou-se jornalista e espiritualista.

A Carolina Beatriz Ângelo, médica, coube a proeza de ter sido a primeira mulher a votar, aproveitando o facto da legislação referir que podiam exercer esse direito os cidadãos portugueses que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família. No espírito do legislador, esses cidadãos seriam apenas os do sexo masculino, mas como não estava explícito no texto, Carolina Ângelo serviu-se da sua condição de viúva e de chefe de família para requerer o direito de voto. Assim aconteceu com uma decisão do tribunal que lhe deu razão e, por isso, foi às urnas nas eleições de 1911. Mas para evitar que os casos voltassem a repetir-se, a legislação foi alterada em 1913 e a participação feminina foi excluída.

Angelina Vidal, professora e jornalista, foi uma grande propagandista dos direitos dos operários, com realce para os direitos das mulheres.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos, para além de eminente filóloga, foi a primeira mulher admitida como professora universitária na Faculdade de Letras de Coimbra.





01.



02.



03.



04.



05. Margarida Câmara,
prova de natação na Horta.

© Ilustração Portuguesa

01. Raparigas praticando
desporto em São Miguel.

© Ilustração Portuguesa

02. Nadadoras na Horta.

© Ilustração Portuguesa

03. Alice Modesto e
Evrina de Sousa.

© Col. C. Vilhena

04. Nadadoras.

© Ilustração Portuguesa

ENTRE A COZINHA E O MUNDO

Nos Açores, as mulheres foram, pouco a pouco, conquistando os seus espaços de intervenção, gozando de uma maior liberdade de participação em actividades até então reservadas aos homens, como as competições desportivas, as festas públicas e no sector laboral, com destaque para a indústria.

Mas também foram notórias as alterações no traje, uma maior afluência ao ensino secundário, abrindo outras perspectivas para encararem o seu papel na sociedade.

Os exemplos mais significativos de mulheres arrojadas podem personificar-se em Alice Moderno, professora, escritora, jornalista, mulher de negócios, e na sua amiga Maria Evelina de Sousa, pela sua intervenção pública e cultural. Ambas revelaram uma elevada coragem por terem enfrentado o conservadorismo da sociedade micaelense.

Na imprensa, alguns homens apoiaram a emancipação feminina, procurando alterar mentalidades obsoletas.

“Eu gostava de ver esses críticos na triste situação da maioria das mulheres, criadas entre a sala e a cozinha, longe do mundo, temperando guizados e fazendo despejos. (...) Abolindo a escravatura no lar, poderemos caminhar, na rua de consciência limpa, para a era do Amor e da Igualdade.”

Machado Toledo, *A União*, 25.5.1923

Mas estas atitudes eram minoritárias. A corrente dominante continuava agarrada a velhos preconceitos, criticando a moda que ia desportando.

“A característica predominante na actual moda de vestidos de senhoras é a pequenez; e, como consequência fatal, o primeiro resultado é a nudez.”

A Actualidade, P.D., 9.9.1920

A nudez despertava o instinto sensualista do homem, a mulher era apontada como a fonte do pecado, pelo que se recomendava mão-de-ferro.

“Pensem na triste figura que fazem e não consintam – ainda que seja preciso usar de certa violência – que as suas filhas, as suas esposas, as suas noivas, as suas irmãs, andem aí pelas ruas, nas salas e nos teatros, a excitar os outros...”

A União, 18.8.1925

A conclusão imediata desta linha de pensamento apontava para a inevitável desmoralização e desagregação da sociedade, ficando a mulher com esse ónus sobre os seus ombros.



01.



02.



03.



04.

01. Livro de História.
© Col. Carlos Eneis

02. Cartilha escolar.
© Col. Carlos Eneis

03. Compêndio de
Geografia.
© Col. Carlos Eneis

04. Postal anverso a
informar da instrução
primária.
© Col. A. Ventura

INSTRUIR E EDUCAR

Apesar das várias reformas que iam do ensino primário ao superior, razões de ordem financeira e de instabilidade política do regime obstaram a que a obra da República fosse ao encontro do desejado, nomeadamente na construção de escolas.

Mas, no campo das ideias e dos valores, o debate foi bastante rico e profícuo. A concepção de instrução, como mera transmissão de técnicas e saberes, foi perdendo terreno para o conceito de educação que incluía a componente de formação de mentalidades.

Um dos grandes ideais da educação republicana era contribuir para o exercício da cidadania.

“Um povo será tanto mais livre e progressivo quanto mais instruído for. (...) A escola popular deve formar cidadãos livres, dignos desse nome, e formar consciências dignas da liberdade.”

A Democracia, A.H., 26.11.1911

E um cidadão livre era aquele cujo espírito estava aberto ao progresso, cooperando no fortalecimento de uma pátria liberta do obscurantismo.

“A infância deve sair da escola com o cérebro iluminado positivamente, sem se opor ao menor pensamento de progresso, com fortes alicerces para reagir energeticamente contra os embustes das ideias reaccionárias, tão nocivas à existência, como a mais perigosa peçonha.”

O Tempo, 18.2.1911

O ensino laico foi, assim, defendido como o melhor caminho para libertar a juventude de influências nefastas.

Como peça fundamental deste edifício colocava-se o professor, que mereceu a atenção dos poderes públicos. Abriam-se escolas normais destinadas à formação dos mesmos e foram-lhes aumentados os ordenados. Paralelamente, foi criada toda uma ambiência que procurava valorizar o seu papel na sociedade:

“O professor é o obreiro mais útil da sociedade: sem ele a civilização não progride, o homem não se liberta e a sociedade não se moraliza. Deles dependem os outros trabalhadores.”

O Telégrafo, 11.4.1921

Em boa verdade, o professor transformou-se num substituto do padre em todos os aspectos da vida social, o que ficou bem expresso em algumas metáforas:

“mensageiro da ilustração” ou “sacerdote da religião educativa”.



01.



02.



03.



04. Timbre da Loja
Companheiros da Paz.

© Col. Museu Maçónico
Português

01. Templo da Loja Amor
da Pátria.

© Col. Museu Maçónico Português

02. Diploma da Loja
União Açoriana.

© Col. Museu Maçónico Português

03. Avenal pintado
sobre seda.

© Col. Museu Maçónico Português

05. Jôia da Loja União
Açoriana.

© Col. Museu Maçónico Português

A MAÇONARIA NA REPÚBLICA



05.

Entre a Maçonaria e o Partido Republicano Português existiam grandes afinidades ideológicas e mesmo filosóficas que permitiam uma actuação concertada. Por esse facto, a Maçonaria acabou por exercer um papel determinante no novo regime, não tanto pela quantidade dos seus membros, mas pela capacidade de intervenção cívica.

Nos Açores, existiam lojas com alguma dimensão nas três capitais de distrito que agrupavam elementos dinâmicos da elite cultural e dos mais variados estratos sociais.



Selo da Loja
1.º de Dezembro,
de 1640.

© Col. Museu
Maçónico Português



Selo da Loja
Lealidade.

© Col. Museu
Maçónico Português



Timbre da Loja
Pluribus Unum.

© Col. Museu
Maçónico Português

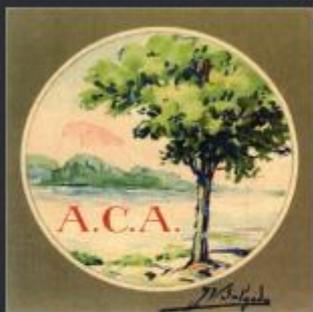
A mais antiga, a Amor da Pátria (1859-1935) e a Luz e Caridade (1877-1915), ficavam situadas na Horta; em Ponta Delgada predominava a Loja Companheiros da Paz (1902-1935) ao lado da Loja Pluribus Unum (1905-1919) e, em Angra do Heroísmo, a União e Liberdade (1905-20).

Embora o número de obreiros, no período da República, não tivesse atingido as duas centenas, o facto é que o seu peso político foi marcante. Dos deputados e senadores que representaram o arquipélago nas legislaturas republicanas, 35% tinham filiação maçónica.

A intervenção da Maçonaria estendeu-se a várias áreas. O sector da Educação foi um dos mais privilegiados. A Loja Companheiros da Paz, através da Liga da Instrução Pública de Ponta Delgada, fundou escolas primárias, com cursos nocturnos para ambos os sexos, bibliotecas rurais e ainda a Escola Móvel Agrícola Maria Cristina. No campo da beneficência, as lojas fundaram novas instituições ou envolveram-se nas já existentes, estabeleceram ligações com o movimento associativo e dinamizaram iniciativas culturais.

Na imprensa periódica, os maçons optaram por colaborar em vários jornais e só nalguns casos muito esporádicos criaram o seu próprio órgão.

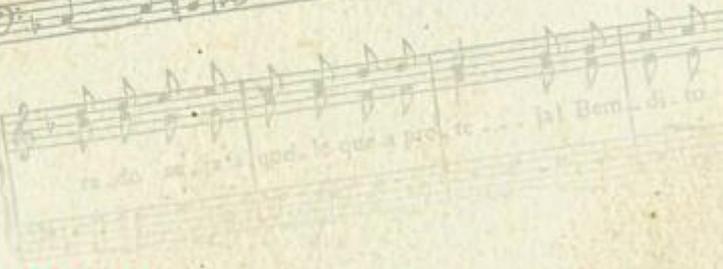
Embora se mantivesse o secretismo em relação aos obreiros, nas páginas da imprensa eram frequentes as insinuações apontando determinados articulistas como porta-vozes das ordens do Triângulo.



01.



02.



03. Pauta da Canção
"A Árvore".

© Col. BPARAH

01. Associação do Culto
da Árvore.

© Col. A. Ventura

02. Festa da Árvore na
Ilha das Flores, 1918.

© Ilustração Portuguesa

04. Festa da Árvore.

© Col. A. Ventura

A FESTA DA ÁRVORE



04.

**Para o futuro trabalhamos!
Pois, no porvir, nossos irmãos
Hão de cantar sob estes ramos,
E bemdizer as nossas mãos!**

Olav Bilac

A Festa da Árvore foi introduzida em Portugal, em 1907, por um republicano que lançou a cruzada da reforestação do país. Com a implantação da República, a festa obteve uma maior adesão, com a intervenção da Direcção-Geral da Instrução Primária.

Nos Açores, a participação espalhou-se pela maioria das ilhas, com cerimónias nos meios rurais e urbanos. Para além da plantação da árvore, as crianças cantavam hinos alusivos à Natureza, sendo uma boa parte das músicas da

autoria do compositor angrense, padre Tomás Borba. A componente cultural da festa incluía recitação de poesias, monólogos e representações teatrais.

Os discursos dos professores e das autoridades incidiam na defesa do meio ambiente e apelavam também à consciência dos mais velhos para se associarem a esta missão considerada patriótica.

“Crianças! Amai, pois, as árvores, as florestas, os jardins e as flores! Amai todos esses encantos, não só por um requinte de fino gosto e admiração pelo que é belo, impressionante e artístico, mas especialmente como estímulo ardente de educação cívica e d’amor pátrio!”

A *União*, 18.3.1914

Por ser uma ideia nascida no meio da maçonaria e por ela bastante apoiada, alguns sectores da Igreja e professores mais conservadores não se envolviam no projecto para que não se reproduzissem “árvores do diabo”, como se dizia.

E para responder a essas críticas, a invocação da origem divina da árvore era frequentemente utilizada.

“A árvore é santa, porque é de origem divina, como tudo o que o sopro misterioso do Criador insuflou de vida. Plantá-la, é ainda erguer no alto das suas tranças filiformes um hino de bênçãos ao Senhor dos Universos.”

A *Pátria*, 18.2.1925

1910
CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA
NOS AÇORES



A REPÚBLICA:
~BLICA:
IDEAIS E
VALORES

II



01.



02.



03.



04. Grupo de alunos do Angra

© Col. Museu do Angra do Heroísmo

01. Acampamento de uma Escola de Ginástica.

© Col. Museu do Angra do Heroísmo

02. Sessão de ginástica no Pico.

© Col. Museu do Pico

03. Equipa de uma regata.

© Ilustração Portuguesa

05. Festa desportiva na Vila Nova, Terceira, 1925.

© Col. BPARAH

O CULTO DO DESPORTO



05.

Se o apelo para a prática gimno-desportiva vinha já a acentuar-se desde o início do século XX, o ideal de uma mente sã num corpo sã ganhou raízes e outros contornos na República. A prática desportiva passou a ser vista como uma forma de desenvolver o espírito de grupo e de socialização.

“O sport é um meio não é um fim. É um capítulo da higiene; é uma terapêutica aplicada aos órgãos tendentes a conservar o individuo no equilíbrio das suas forças próprias, preparando-o para a luta do meio. O sport manifestado em jogos e torneios tem a virtude de desenvolver o sentimento colectivo para a aquisição do mesmo fim, criando assim o sentido da sociabilidade.”

Agnelo Casimiro, *A República*, P.D., 12.4.1912

O desporto teria assim uma finalidade educativa, preparando praticantes e espectadores para uma convivência civilizada. Os grupos de ginástica que, entretanto, foram sendo criados,

exerciam essa função disciplinadora do espírito e da vontade. E para aqueles que não respeitavam as regras da convivialidade desportiva, a imprensa exigia medidas punitivas.

“O nosso público precisa educar-se e aprender a fazer calar os nervos, quando assiste aos matches de foot-ball. Temos presenciado cenas que é preciso reprimir, custe o que custar, e à policia compete vigiar.”

A Pátria, P.D., 12-11-1923.

O período da República corresponde a uma fase de experimentação de várias modalidades desportivas, mas a que ganhou maior popularidade foi o futebol. Como aconteceu com todas as outras, foi introduzido pelas elites, mas depressa democratizou-se nos meios urbanos e foi galgando os espaços rurais.

Foi através dele que se iniciou a chamada confraternização insular, a partir de 1912, com excursões inter-ilhas, com grupos de cidadãos acompanhando as respectivas equipas.

Foi no período da República que a participação da mulher se consolidou em algumas actividades, com maior destaque para a natação e o remo.

O incremento da prática desportiva levou ao aparecimento de Ligas que depois se transformaram em Associações de Futebol. Foi ainda no período da República que se realizou o primeiro campeonato regional, em 1925, entre São Miguel e Terceira, e que foi ganho pelo Sport Clube Lusitânia.



Governo dos Açores

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Direção Regional da Cultura

A REPÚBLICA:
~BLICA:
IDEAIS E
VALORES

1910
COMEMORAÇÕES
DO CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA
NOS AÇORES

